

VOU APRENDER A LER PRA ENSINAR MEUS CAMARADAS: ASSOCIATIVISMO NEGRO E EDUCAÇÃO NO PÓS-ABOLIÇÃO¹

Jonatas Roque Ribeiro*

lattes.cnpq.br/5705471852776970

Resumo: Este artigo pretendeu evidenciar algumas práticas executadas, no campo educacional, pelo coletivo negro associado ao Clube 28 de Setembro em Pouso Alegre, Minas Gerais. Os recentes estudos sobre associativismo negro no pós-abolição têm revelado o quanto associações beneficentes e culturais, formadas por homens e mulheres negras, contribuíram para a constituição e consolidação de ideias e ações práticas no campo educacional. Verificou-se também que, para aqueles sujeitos, a educação foi considerada a porta de entrada para a ascensão econômica e social, além de ser um meio de combate ao preconceito de cor e uma forma de garantia ao exercício da cidadania plena.

Palavras-chave: Educação; Associativismo negro; Pós-abolição.

I WILL LEARN TO READ TO TEACH MY COMRADES: BLACK ASSOCIATIVISM AND POST-ABOLITION EDUCATION

Abstract: This article intends to highlight some of the practices carried out in the educational field by the black group associated to the Clube 28 de Setembro in Pouso Alegre, Minas Gerais. Recent studies of black associativism in post-abolition have revealed how much benevolent and cultural associations formed by black men and women have contributed to the constitution and consolidation of practical ideas and actions in the educational field. It was also found that, for those subjects, education was considered the gateway to economic and social rise, as well as being a means of combating color bias and a form of guarantee to the exercise of full citizenship.

Keywords: Education; Black associativism; Post-Abolition.

¹ O presente artigo contou com o financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

* Doutorando em História pela Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP (Brasil). Contato: jonatashistoria2010@hotmail.com.

Introdução

Nas duas últimas décadas, a história da educação no Brasil sofreu um giro historiográfico, marcado principalmente por uma renovação metodológica que incluiu novas fontes primárias e novos temas como objetos de investigação (ROMÃO, 2005; FONSECA, BARROS, 2016; MAC CORD, ARAÚJO, GOMES, 2017). Entre esses “novos” temas se encontra a história da educação da população negra no Brasil. Apesar de poucos – se comparados a outros temas clássicos da História da Educação, como a história das instituições escolares, cultura escolar, história da alfabetização, entre outros – esses estudos têm sugerido muitas possibilidades de revisão em interpretações clássicas da História da Educação, em especial da história da população negra, mas também tem enfrentado um limite – a despeito do volume de pesquisas acerca dessa temática, sobre épocas mais recentes ainda não há uma produção sistemática dessas pesquisas sobre recortes temporais mais longínquos, como o século XIX ou o período do pós-abolição.

Seguindo por trilhas semelhantes, a nova historiografia da escravidão e do pós-abolição surgida a partir dos anos 1980, tem se destacado por investigações minuciosas e prolongadas sobre o assunto, incluindo volumosas citações de fontes primárias e secundárias, além de interpretações e análises demoradas. Procurando caminhos alternativos, alguns historiadores começaram a insistir na necessidade de incluir a experiência dos negros na história da educação. Não se tratava apenas de citar a presença ou não de homens e mulheres negras no campo da educação. A inclusão dos excluídos vinha acompanhada pela busca de novas fontes e de uma nova concepção na abordagem da relação entre negros e educação.

Os trabalhos mais recentes têm se debruçado sobre temas específicos, realizando pesquisas fundadas em vasta documentação primária, e iluminando dimensões importantes do universo das relações entre educação e população negra. A educação dos negros, como uma dimensão do associativismo negro, principalmente no período do pós-abolição – re-

corde temporal marcado por múltiplas reconfigurações na sociedade brasileira –, é um desses novos temas que vêm ganhando destaque na historiografia da escravidão e do pós-abolição.

As pesquisas que enfocaram as propostas e ações educacionais de segmentos da população de cor como uma das expressões do associativismo negro no pós-abolição têm evidenciado a importância desses empreendimentos como catalisadores dos anseios e dos interesses de alguns grupos negros em relação às suas concepções de cidadania e participação social e política (PEREIRA, 2001; PERES, 2002; CUNHA, 2004; PEREIRA, 2007; SILVA, 2007; SILVA, 2008; DOMINGUES, 2010; LUCINDO, 2010; SANTIAGO, 2015).

O conceito de associativismo negro parece não ser taxativo ou preciso, pelo contrário, sua definição é elástica e está ligada a determinantes, como tempo e espaço. Por exemplo, Gomes, em investigação sobre um clube negro da cidade de Caxias do Sul, RS, definiu o associativismo negro como:

Uma forma de reunião do grupo negro. São espaços que auxiliam para a coesão e, conseqüentemente, para a criação de vínculos de solidariedade “entre iguais” que buscam a integração social. Apresenta-se também como um espaço onde o grupo étnico negro se organiza buscando a interação com os “outros” para a demarcação das fronteiras étnicas (GOMES, 2013, p. 77).

Ou seja, em Caxias do Sul, o associativismo negro tinha como mote demarcar as fronteiras étnicas e culturais entre eles (os negros) e os outros (os sujeitos não-negros). Já Magalhães defende o conceito de associativismo negro como “uma ação promotora de um espaço em que os interesses comuns, sedimentados na identidade étnica, nos laços de parentesco, no fomento da coesão e da solidariedade, se opunham as adversidades existentes” (MAGALHÃES, 2017, p. 35). Silva, por sua vez, toma o associativismo negro como uma rede relacional simétrica, “onde os seus membros buscaram negociar e agenciar, mesmo em uma sociedade tão restritiva e preconceituosa, preceitos que conferiam *status* sociais diferenciadores para eles próprios, bem como para os seus espaços” (SILVA, 2011, p. 29).

É possível perceber que o associativismo negro representava uma das expressões das lutas dos negros contra o racismo e, ao mesmo tempo, o resultado das suas expectativas em relação à criação, ou preservação, de práticas sociais que valorizassem os membros da sua comunidade. O associativismo negro em Minas Gerais, não muito diferente dos citados acima, pautava-se, principalmente, mas não somente, pela defesa da construção, ou manutenção, de espaços e manifestações que congregassem não apenas sujeitos, mas também, valores, memórias e identidades positivas dos integrantes do grupo negro. Uma dessas práticas valorativas defendida por um espaço associativo negro mineiro foi a educação, como será demonstrado a seguir.

Clube Beneficente e Recreativo 28 de Setembro

O Clube 28 de Setembro foi criado em 1904 por sujeitos e grupos da população negra da cidade de Pouso Alegre, localizada no sul do estado de Minas Gerais. Isidoro da Silva Cobra, Mirabeau Joaquim Ludovico, Casemiro Luiz de Abreu, José Capelache, entre outros homens negros, foram alguns dos seus fundadores. As mulheres, apesar da atuação destacada no clube, não apareceram como fundadoras ou como participantes da fundação da agremiação. As finalidades do clube se pautavam em:

Proporcionar aos sócios e seus familiares, diversões construtivas através de reuniões sociais, literárias, recreativas, artísticas, desportivas, saraus dançantes, audições musicais e conferências; Manter uma biblioteca e gabinete de leitura; Concorrer tanto quanto possível para o progresso social desta cidade; Manter, ampliar e desenvolver a sede, proporcionando aos associados todas as diversões próprias de um clube (CLUBE 28 DE SETEMBRO, 1929, p. 1).²

² Todas as citações de fontes primárias tiveram a grafia e a sintaxe atualizadas.

A proposta da entidade foi proporcionar a um grupo específico da população negra local um ambiente de convivência, confraternização e divertimento e se almejou, também, ser um espaço de instrução, já que o estatuto previa a manutenção de uma biblioteca e gabinete de leitura. O clube não se restringiu às atividades culturais e educacionais, tendo o seu estatuto pautado em outras finalidades, como “socorrer os associados quando ficarem privados de adquirir os meios de subsistência em casos de moléstia, desemprego e morte e prestar assistência social e moral ao associado e sua família” (CLUBE 28 DE SETEMBRO, 1929, p. 1). Portanto, lazer, educação e beneficência se entrelaçaram entre as preocupações da associação. Sobre os seus sócios, se estabelecia os seguintes critérios para a admissão:

Ter bons costumes e reputação firmada; Ter profissão ou meio honesto de vida; Ter educação e instrução compatíveis com a convivência social; Não sofrer de doença infecto-contagiosa; Assumir o compromisso de obedecer ao estatuto e os regulamentos do Clube 28 de Setembro (CLUBE 28 DE SETEMBRO, 1929, p. 1).

É importante destacar que não era qualquer sujeito que poderia se associar à entidade. Segundo Ribeiro (2016, p. 61):

Para fazer parte do seu quadro de associados e, até mesmo, para participar esporadicamente como convidado das atividades ali promovidas, era necessário que o sujeito, no mínimo, tivesse uma boa relação com algum associado ou associada e fizesse parte da rede de amizades daquelas pessoas. Também era fundamental que os pretendentes a sócio comungassem, ou ao menos, demonstrassem alguma simpatia com os valores, com as regras e com os projetos defendidos e propagados pelo clube e seus membros.

O clube funcionou durante vinte e cinco anos sem registro nos órgãos competentes, já que o primeiro registro junto a um cartório é do ano de 1929.³ Entre 1904 e 1928, esteve instalado em diferentes locais na parte

³ A existência de associações culturais e beneficentes sem o registro legal foi comum em Minas Gerais durante a Primeira República, onde a fiscalização da polícia e do Estado não foi tão efetiva como em outras regiões do país, a exemplo do estado vizinho de São Paulo.

central da cidade. Primeiramente, “na esquina das ruas Afonso Pena e Adalberto Ferraz, numa casa conhecida como Canto Redondo” (GOUVÊA, 2004, p. 185) e, posteriormente, nas residências de alguns dos membros do clube, como as casas de Mirabeau Ludovico, Isidoro Cobra e Casemiro Luiz de Abreu. O sonho de um espaço próprio foi conquistado anos mais tarde, quando em 1929, a entidade construiu a própria sede, localizada na Rua Monsenhor José Paulino, no centro da cidade (CLUBE 28 DE SETEMBRO, 1929, p. 2). Ainda assim, entre a década de 1930 até o encerramento das suas atividades em 1984, o clube ocupou outros espaços, como uma casa na Avenida Duque de Caxias e, a partir dos anos 1960, uma nova sede própria na Rua Dom Assis, todos localizados no centro de Pouso Alegre (RIBEIRO, 2016, p. 59).

As principais festividades (bailes e saraus literários, teatrais e dançantes) do clube tiveram como intento comemorar as datas abolicionistas de 28 de setembro de 1871 e 1885, respectivamente Lei do Ventre-livre ou Lei Rio Branco, que considerava livres todos os filhos de mulheres escravizadas nascidos a partir daquela data, e Lei dos Sexagenários, também conhecida como Lei Saraiva-Cotegipe, que declarou livres todos os escravizados maiores de 60 anos. A Lei de 13 de maio de 1888, que aboliu a escravidão legal no Brasil, também figurava no panteão das datas comemorativas da entidade.

O nome da agremiação, inclusive, é uma referência e homenagem às datas de 28 de setembro de 1871 e 1885. Em seu estatuto, um dos artigos enfatizava que a associação “todo ano comemorar-se-á condignamente com grandes festividades as magnas datas de 28 de setembro e 13 de maio” (CLUBE 28 DE SETEMBRO, 1929, p. 7). Além das festividades, o clube investiu em outras atividades, como piqueniques, romarias, fundação de um time de futebol – o 28 de Setembro Futebol Clube –, criação de um bloco carnavalesco, produção do jornal *28 de Setembro*, realização de concursos de beleza, denominados Rainha das Margaridas e Rainha 28 de Setembro.

A luta contra o preconceito de cor, as desigualdades raciais e outras práticas racializadas de discriminação contra os negros, também foi empreendida pelos membros do clube. Outro investimento executado pelos

associados foi a educação, com a promoção de aulas e escolas de alfabetização.

A questão da educação no Clube 28 de Setembro

A educação – formal e moral – se constituiu em uma das principais exigências e luta efetuada pelo grupo associado ao Clube 28 de Setembro. Aqui, o esforço será empreender uma análise sobre os projetos educacionais planejados e executados por alguns integrantes da agremiação. A bibliografia relacionada ao associativismo negro no Brasil no pós-abolição tem demonstrado que a educação dos negros foi uma das principais reivindicações de vários sujeitos e grupos da população negra. Com a comunidade associada ao clube não foi diferente. Para eles, a educação foi a porta de entrada para a ascensão econômica e social, além de ser um meio de combate ao preconceito de cor e uma forma de “garantia” do exercício da cidadania plena.

A literatura sobre associativismos negros no pós-abolição tem evidenciado que os sujeitos integrantes desses movimentos concebiam a educação em uma perspectiva ampla, que envolvia ações educativas, como a instrução e alfabetização, e ações culturais, como os saraus musicais e literários, assim como atestou Pinto (2013, p. 212-213):

A educação, tanto quanto sinônimo de instrução, de escolaridade, quanto no seu sentido mais amplo, abrangendo manifestações de caráter cultural, sempre foi muito valorizada pelas lideranças negras. As associações negras promoviam atividades culturais, como encenação de peças teatrais, palestras e cursos de caráter instrutivo, sessões de declamação, eventos musicais e algumas delas chegaram a manter equipamentos culturais, como jornais, revistas, bancas, corpos cênicos, bibliotecas, cursos regulares e até escolas.

O grupo associado ao clube, ou pelo menos parte dele, concebia a educação como uma prática ampla e múltipla. As reuniões literárias e musicais, as peças teatrais, as bandas de música, o futebol, as festas, bem

como os projetos que visavam educar e moralizar as suas ações foram tidos por eles como práticas educativas no sentido de lhes inculcar “bons” modos ou adequar seus comportamentos para aquilo que era considerado desejável. Entretanto, esse mesmo grupo também investiu na educação formal, ou seja, na alfabetização dos associados e de outros negros não associados que não tiveram acesso às escolas.

O alfaiate Casemiro Luiz de Abreu, um dos fundadores do clube e membro da diretoria em sucessivas gestões, em nota publicada no jornal *Semana Religiosa*, destacou o que seria educação e instrução segundo as próprias concepções:

Entende-se por instrução a ação de instruir alguém nos rumos necessários da vida, e por educação uma instrução mais elementar, mais necessária muitas vezes que a própria instrução, porque ela se adquire no lar, onde impera o amor, onde impera a obediência, onde impera a religião – a base do mútuo respeito. Sem educação não há instrução, e esta por mais sólida que se queira tornar, cai por base, porque o homem vê-se impotente para viver e não sabe como há de proceder em todas as circunstâncias e situações da vida (*Semana Religiosa*, Pouso Alegre, 17 de agosto de 1935).

Casemiro diferenciava o ato de instruir do de educar, porém, não os dissociava, pois, segundo as ideias dele, um complementava o outro. Ele reforçava a importância que o seu grupo dava à família e à educação familiar. Para aquele sujeito e talvez para os demais membros do grupo, a formação moral e cultural adquirida no seio familiar era a principal, senão um dos mais importantes meios de se educar os jovens. Para ele, assim como, para muitos outros homens e mulheres negras, a educação familiar, ou moral, foi considerada um meio de aquisição de bons modos e costumes, bem como uma base sólida para se adquirir instrução e cultura.

A nota publicada por Casemiro sugere que educação era sinônimo de cultura e civilidade, e, deste modo, a ascensão cultural e/ou educacional dos sujeitos não estava restrita apenas aos estabelecimentos formais de ensino, mas igualmente era – ou deveria ser – praticada no seio da família

ou em outros espaços de sociabilidade, como o clube. A valorização da educação familiar também foi apreendida por Domingues, que estudou a escola criada pela Frente Negra Brasileira, na década de 1930, em São Paulo.

O termo educação era utilizado algumas vezes como sinônimo de cultura. Nesse sentido, a elevação educacional e/ou cultural proveniente do estudo não seria adquirida apenas num estabelecimento formal de ensino. O conceito de educação era amplo, compreendendo tanto o ensino pedagógico formal quanto a formação cultural e moral do indivíduo. A palavra educação era usada frequentemente com esses dois sentidos. Já a palavra instrução tinha um sentido mais específico: de alfabetização ou escolarização (DOMINGUES, 2008, p. 523).

A formação cultural e moral do indivíduo por meio da boa educação, principalmente aquela ministrada no seio familiar, constituiu-se em um dos projetos empreendido pelo Clube 28 de Setembro. Todavia, a condenação e a erradicação do analfabetismo, bem como a alfabetização de sócios e de não associados se tornou outro projeto encapado por alguns integrantes da agremiação.

A primeira notícia sobre um espaço de educação formal para negros foi localizada no periódico publicado pelo clube – o jornal *28 de Setembro*: “por iniciativa de algumas pessoas, estão tratando de criar em nossa terra, um colégio para a educação dos filhos dos homens de cor” (*28 de Setembro*, Pouso Alegre, 8 de junho de 1922). A sucinta notícia não faz menção sobre quem eram as pessoas interessadas na criação de uma escola para os filhos dos homens de cor, mas de todo modo, ela é iluminadora dos intentos de uma parte da população negra local em relação à educação formal dos integrantes da sua comunidade. Em 1924, o jornal *Semana Religiosa* publicou a notícia “Nova escola de alfabetização”, a qual informava sobre o aparecimento de uma nova escola na cidade, mantida e sediada no Clube 28 de Setembro:

Estão abertas na sede social do Clube 28 de Setembro de Pouso Alegre as matrículas para o curso de alfabetização que a diretoria desta Sociedade criou para os seus sócios analfabetos em virtude do interesse pela instrução notado nos mesmos e que começará funcionando no primeiro dia do mês de setembro vindouro, das

19 às 21 horas, sob a direção da senhorita professoranda Rosalina Carvalho (*Semana Religiosa*, Pouso Alegre, 8 de agosto de 1924).

A iniciativa dos sujeitos de cor vingou e a sonhada escola saiu do plano das ideias e se materializou. Segundo a notícia, não se tratava de uma escola propriamente dita, mas sim de um curso de alfabetização. Ele visava instruir os sócios analfabetos, demonstrando que nem todos os associados do clube pertenciam a um grupo de letrados. Outro ponto interessante da notícia é sobre a professora do curso. Investigando o jornal *28 de Setembro*, foi possível identificar que a senhorita Rosalina Carvalho foi sócia da entidade, participando ativamente de suas atividades. A nota, ao explicitar que Rosalina era uma professoranda, ou seja, uma aluna em fase de conclusão do Curso Normal, possivelmente queria atribuir certa credibilidade ao empreendimento. A nota também revela os espaços de atuação de algumas mulheres associadas, tanto no interior do clube quanto fora dele.

Essa foi a única notícia encontrada na documentação sobre a escola da agremiação nos anos 1920. Não foi possível obter mais detalhes sobre seu funcionamento, seu alunado, suas propostas educacionais ou sobre as suas rendas financeiras. É provável que a escola tenha tido vida efêmera, visto a não existência de outros documentos que testemunhem uma atuação longa. Ademais, não se pode descartar uma possível falta de recursos para a sua manutenção,

Com os dados disponíveis, esparsos e inconsistentes, torna-se difícil avaliar plenamente essa atividade educacional e cultural desenvolvida pelas entidades negras. A despeito de, muitas vezes, ter-se a sensação de que essa ação se consubstanciou mais em tentativas do que numa ação realmente efetiva, o que se percebe, de maneira inequívoca, é que houve um esforço considerável da parte do negro para levar adiante essa empreitada. Não se pode esquecer que, apesar da precariedade dos meios de que dispunha, foi o negro que arcou com o ônus financeiro dessas iniciativas (PINTO, 2013, p. 222).

O argumento acima pode iluminar ou lançar bases para se pensar na suposta curta existência da escola do clube. Contudo, não se deve descartar

a possibilidade de a escola ter tido vida longa e não ter aparecido com frequência na imprensa por não ter sido uma escola registrada ou reconhecida pelos órgãos públicos. Sendo essa hipótese verdadeira, uma intensa divulgação das atividades da escola seria comprometedor, pois, entre outras coisas, poderia acarretar no fechamento por falta de registro ou fiscalização. Ainda assim, ela confirma a preocupação dos associados do clube com a questão da educação formal e da instrução dos seus sócios e certifica que as suas ações extrapolaram o plano das ideias e dos discursos, tendo, de fato, sido criada e colocada em funcionamento – mesmo que por curto espaço de tempo – uma escola ou curso de alfabetização.

Na década de 1930, foram identificadas referências a outra escola criada no interior daquele espaço. Não é possível afirmar se a escola que funcionou no ano de 1936 é a mesma que existiu em 1924. Devido à inexistência de documentos que poderiam certificar tal hipótese, preferiu-se optar pela pressuposição de que a escola criada em fins dos anos 1930, não foi a mesma da década anterior.

A primeira menção à nova escola foi encontrada em uma ata de reunião do clube. Segundo o documento, no dia 9 de fevereiro de 1936, na sede da agremiação, houve uma sessão solene em homenagem ao então deputado federal João Tavares Correa Beraldo, pela sua atuação e auxílio na concessão da abertura de uma escola no interior do clube. A sessão contou com um número variado de atividades. No começo da noite daquele dia, os associados visitaram a casa do então deputado. Em seguida, houve no salão do clube, vários discursos dos membros da diretoria e de associados. Ao fim da sessão, foi dada a palavra ao deputado João Tavares que, segundo a ata: “em significativo improviso, abriu no coração do auditório um leque de emoção, dado o ímpio de entusiasmo com que o Exmo. Deputado agradeceu aquela tão sincera prova de consideração a sua pessoa” (CLUBE 28 DE SETEMBRO, 1936, p. 33).

A confraternização, segundo a ata, teve como motivo a licença adquirida pelo clube para manter, em suas dependências, uma escola reconhecida e subsidiada pelo estado. João Tavares Correia Beraldo – anteriormente vereador e prefeito de Pouso Alegre e então deputado federal na

época –, parece, segundo o documento, ter sido um importante interlocutor nesse processo e, por isso, realizou-se aquele festejo em homenagem a sua presumível “boa” e “desenvolta” ação.

No intuito de identificar maiores detalhes sobre a ação impetrada pelo clube junto ao estado, foram analisadas várias leis, decretos e normas nos arquivos virtuais da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais e na Câmara de Deputados da Federação, porém, em toda a documentação pesquisada não foi identificado nenhum documento referente à ação do deputado João Beraldo, no tocante à sua intervenção na solicitação do clube junto às instâncias públicas, o que pode indicar que não houve êxito nas solicitações, mesmo com a intercessão do deputado. De todo modo, isso não significou um impedimento aos intentos da associação em reabrir a escola, como divulgou o jornal *A Razão* com a notícia “Escola do Clube 28 de Setembro”:

A escola do Clube 28 de Setembro, sob a direção do professor Sr. Ítalo Carletti, auxiliado pela Sta. Adélia Cobra, está mantendo aulas noturnas para instruir não só as crianças, mas também os adultos, os quais tendo as suas obrigações cotidianas poderão frequentar as aulas noturnas. Esta é mais uma glória para este acreditado Clube em possuir em seu seio um departamento de combate ao analfabetismo (*A Razão*, 3 de dezembro de 1936).

Do mesmo modo que a primeira escola, essa outra parece também ter sido destinada a um público prioritário: sócios adultos analfabetos, pois, ela, pelo que informa a notícia, funcionou, também, no período noturno. A nota afigura que ela deve ter sido, semelhante a primeira, apenas um curso de alfabetização, já que possuía apenas um professor e uma auxiliar. Sobre os professores da escola, acredita-se que eles foram associados do clube, pois, em várias atas da agremiação, encontram-se referências ao Professor Ítalo Carletti e também à Adélia Cobra, participando dos eventos promovidos pela entidade. Aliás, nessa mesma edição do jornal *A Razão* foi identificado o nome de Adélia Cobra figurando na lista das formandas da Escola Doméstica Santa Terezinha, instituição especializada no ensino doméstico às meninas e moças de Pouso Alegre.

Esse dado revela uma possível preocupação dos associados do clube em criar uma escola com alguma estrutura – ao menos a pedagógica – com a admissão de profissionais diplomados e com algum nível de formação escolar. De modo semelhante a primeira, foi localizada uma única alusão a respeito da segunda escola. Dessa forma, não se sabe como se estruturou aquele espaço, seu corpo discente, as disciplinas ministradas, nem tampouco, como ela se matinha. Ainda assim, essa notícia é uma informação rica e significativa das ações dos homens e mulheres de cor em prol da educação dos membros daquela comunidade.

Foi possível apreender, em ambas as notícias, os motivos que levaram à criação desses espaços educacionais: instruir/alfabetizar os associados desprovidos das habilidades de leitura e escrita. No entanto, é factível ter havido outros motivos, como, por exemplo, o preconceito de cor infringido às crianças negras nos estabelecimentos regulares de ensino e a falta de oportunidades para os adultos analfabetos, visto que, naquele momento não havia sistemas ou políticas públicas e/ou privadas destinadas a essa parcela da população no sentido de incorporá-los junto ao sistema de ensino formal. Entretanto, Domingues exprime outros motivos que levaram ao surgimento dessas escolas no seio da comunidade negra paulistana:

Não há consenso acerca das razões que levaram os negros a criar suas próprias escolas. Uma das hipóteses é que a disputa por um “lugar ao sol” entre os vários grupos étnicos que viviam em São Paulo se operava num clima de tensão. Assim, quando criavam suas próprias escolas, os negros expressariam seu esforço em se organizar, a fim de defender-se naquela disputa. Outra explicação é que essas escolas foram uma resposta da população negra à discriminação racial que vicejava na rede de ensino. Havia escolas que dificultavam e outras que simplesmente vetavam a matrícula de negros (DOMINGUES, 2008, p. 519).

A hipótese acima é pertinente para se projetar outros pressupostos que levaram os associados a criarem a própria escola ou curso de alfabetização. A ideia da disputa entre os vários agrupamentos raciais não deve ser descartada, uma vez que, em 1930, “foram criadas três classes primá-

rias anexas ao 8º Regimento de Artilharia Montada de Pouso Alegre” (MINAS GERAIS, 1930, p. 182) e, em 1934, criou-se “uma escola noturna masculina anexa à União Operária Pouso-alegrense” (MINAS GERAIS, 1934, p. 840). Se houve, ou não, alunos negros nessas escolas, não se descarta a possibilidade deles terem sido alvo de todo tipo de preconceito e discriminação, visto que – ao menos na União Operária –, formada, em sua grande maioria, por associados com ascendência europeia, havia certa intolerância desse grupo quanto à presença de pessoas de cor no quadro de associados (RIBEIRO, 2016, p. 52). Deste modo, não se pode excluir a possibilidade de que, se de fato houve alunos negros na escola daquela mutual, eles tenham sofrido preconceito.

Sobre os perfis quantitativos e qualitativos do alunado dos estabelecimentos educacionais de Pouso Alegre, entre as décadas de 1920 a 1940, localizava-se na cidade, entre outras, as seguintes instituições educativas, Colégio São José, Escola Profissional Delfim Moreira, Escola Doméstica Santa Terezinha, Grupo Escolar Monsenhor José Paulino, Escola Dona Hermantina Beraldo, Escola Paula Frassinetti, Escola do Orfanato Nossa Senhora de Lourdes, Escola Normal e Ginásio das Irmãs Dorotéias. A cidade possuía, ainda, algumas escolas de ensino superior, como o Seminário Diocesano, a Escola Técnica de Comércio São José, a Faculdade de Farmácia e Odontologia e a Escola de Medicina Veterinária (*Semana Religiosa*, Pouso Alegre, 16 de outubro de 1948).

Segundo o Anuário Estatístico do Estado de Minas Gerais, do ano de 1929, existia, na cidade, no período entre 1922 a 1925, um total de 26 estabelecimentos de ensino primário, secundário ou ginásial (25 escolas ou classes isoladas e 1 grupo escolar), dos quais 10 eram particulares e 16 eram públicos (5 pertencentes à esfera municipal e 11 da esfera estadual). Essas instituições compreendiam um total de 1.686 crianças e jovens, sendo 732 meninas e 954 meninos, dos quais 994 estavam matriculados em instituições mantidas pelo Governo Estadual, 128 pelo poder público municipal e 564 na rede privada de ensino (SECRETARIA ESTADUAL DE AGRICULTURA, 1929, p. 1014). A despeito de não ter localizado nenhum dado referente à população de crianças e jovens em idade escolar, identificou-se que a população geral da cidade, no ano de 1925, era de 36.425

habitantes (SECRETARIA ESTADUAL DE AGRICULTURA, 1929, p. 106). Se comparado com o número de alunos matriculados nas escolas, verifica-se que apenas 4,62% da população total local frequentava os bancos escolares, ou seja, parece que o número de alunos matriculados nas escolas pouso-alegrense era ínfimo.

Como foi mencionado anteriormente, na década de 1930, havia em Pouso Alegre alguns estabelecimentos de ensino público como o Grupo Escolar Monsenhor José Paulino e a Escola Dona Hermantina Beraldo. A Escola Profissional Delfim Moreira, a Escola Doméstica Santa Terezinha e o Orfanato Nossa Senhora de Lourdes, eram privados, porém atendiam gratuitamente e se destinavam à instrução, prioritariamente, de crianças e jovens pobres – e, ao longo de sua existência, receberam considerável número de estudantes negros –, além das já citadas escolas do 8º Regimento de Artilharia Montada e da União Operária. No campo do ensino privado, a cidade contava com o Colégio São José – destinado ao público masculino – e com a Escola Normal e Ginásio Santa Dorotéia – destinada exclusivamente à educação feminina. Essas duas últimas instituições estavam ligadas ao bispado de Pouso Alegre, tendo sido fundadas em 1899 e 1911 respectivamente e, ao longo de suas trajetórias, passaram pelas suas salas de aula poucos alunos negros.⁴

Os estudos sobre associativismo negro e educação têm demonstrado que um dos motivos que levaram homens e mulheres negras a criarem cursos e escolas de alfabetização, foi justamente o preconceito de cor infrin-

⁴ Em estudo sobre a história do Instituto Santa Dorotéia, administrado pela Congregação das Irmãs Dorotéias, fundado em 1911 e extinto em 1976, Balbino não fez nenhuma menção sobre a existência de alunas ou professoras negras naquela instituição. O autor utiliza uma vasta documentação em seu estudo, com destaque para entrevistas orais e fotografias. Ao todo são utilizadas 23 fotos que retrataram as alunas, professoras e os espaços do Instituto, entretanto, em nenhuma delas há a presença de mulheres negras. O restante da documentação selecionada pelo autor seguiu a mesma tendência. Assim, pode-se pensar o Instituto Santa Dorotéia como uma instituição que proibia ou dificultava o ingresso e permanência de alunas e professoras negras em seus espaços (BALBINO, 2008). Sobre a história do Colégio São José de Pouso Alegre, Gouvêa informa que não foi comum a presença de alunos e professores negros no seu recinto (GOUVÊA, 2004).

gado às crianças negras nos espaços formais de ensino. Salvadori, em estudo sobre a escola criada pelo Clube 28 de Setembro de Jundiaí, no estado de São Paulo, informa que:

Nas décadas iniciais do século XX, além de bailes, concursos de beleza e outros encontros de natureza social, o Clube 28 de Setembro buscou viabilizar iniciativas educacionais, ora por meio da oferta de “palestras” que tinham por temática central episódios da história do Brasil ou grandes nomes da literatura, ora com a implantação de cursos noturnos de caráter profissionalizante – alguns dedicados às mulheres como os de datilografia e costura – e, no início dos anos 1930, com a criação de uma escola de alfabetização noturna, batizada como “Escola Cruz e Souza”, que atendia tanto a associados quanto a “estranhos”, ou seja, ao público em geral que desejasse frequentá-la. Saraus literários e encenações teatrais constituíram-se também como parte dessas ações, advertindo sobre a amplitude das práticas educativas adotadas por essa entidade (SALVADORI, 2013, p. 95-96).

Situação semelhante foi apreendida por Silva, em sua investigação sobre a Associação José do Patrocínio de Belo Horizonte, entidade negra fundada em 1952.

A Associação José do Patrocínio oferecia cursos de alfabetização para crianças (filhos de associados) e adultos – corte e costura, economia doméstica, datilografia, admissão, matemática, todos ministrados pelos próprios sócios que já haviam atingido um grau mais elevado de instrução. Alguns deles, como Inocêncio Marçal, estudante de medicina da Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais; Efigênia Carlos, estudante do curso Normal do Instituto de Educação de Minas Gerais; Benedito Carlos, estudante de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais; Camilo Jesuíno Neto, estudante de contabilidade e Peri Brandão, ourives e dono de lojas no centro comercial de Belo Horizonte, entre outros (SILVA, 2010, p. 76).

Silva expõe a importância que as famílias, integrantes da Associação José do Patrocínio, imputavam à educação dos seus filhos:

As estratégias das famílias negras para a escolarização dos seus filhos eram variadas, apesar das dificuldades e da precariedade da educação pública na década de 1950. Não se pode esquecer que, no período em questão, persistia no Brasil um modelo educacional dualista: ensino secundário para as elites condutoras do

país e profissionalizante para as classes populares. Com isso, o Estado e as classes dominantes preparavam [e instruíam] os filhos dos operários, os menos afortunados, para logo ingressarem na força de trabalho (SILVA, 2010, p. 69).

Entretanto, como a própria pesquisadora aponta, houve aqueles que ousaram ir mais longe e frequentaram os bancos escolares de algumas faculdades, “[alguns dos antigos sócios] da José do Patrocínio romperam o lugar imposto aos pretos e aos pobres. Furaram o círculo e foram para o ensino superior” (SILVA, 2010, p. 70), isso ocorreu, segundo a autora, justamente por que “o projeto educacional da Associação era voltado para inserção do negro no mercado de trabalho, mas havia também um olhar voltado para educação em nível superior. Filhos dos dirigentes chegaram nesse patamar e eram eles que passavam a orientar os membros mais jovens” (SILVA, 2010, p. 107).

A incidência de sujeitos de cor frequentando as salas de aula de faculdades ou ostentando um diploma de ensino superior não é uma característica única de meados do século XX. Ao contrário, ao longo do século XIX, não foram poucos os sujeitos de cor que chegaram ao ensino superior. Pinto (2014) investigou a trajetória de alguns literatos negros na segunda metade do século XIX, entre eles a de José Ferreira de Menezes, bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, em São Paulo, formado em 1866. E, também, a trajetória de José do Patrocínio, bacharel em Farmácia pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, curso concluído em 1874. As experiências do professor negro Hemetério José dos Santos (SILVA, 2015) ou do bacharel em Direito José Rubino de Oliveira, homem negro, professor da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco (CRUZ, 2009), também são ilustrativas do expressivo número de sujeitos negros que conseguiram – certamente, com muitas adversidades e confrontos – alçarem ao ensino superior.

Porém, desde fins do oitocentos e início do século XX, esses sujeitos foram gradualmente desaparecendo das instituições de ensino superior. Muito em razão do racismo científico e suas correntes ideológicas que acabaram por moldar as relações e o imaginário social com ideias e valores sobre uma suposta inferioridade de grupos étnicos e racialmente não-

brancos. Ao longo das primeiras décadas do século XX, esse processo se intensificou, abrangendo todas as esferas da vida social e não foi diferente no campo da educação. Tanto que, nas escolas secundárias, normais e superiores, públicas e privadas, da cidade do Rio de Janeiro, como demonstrou Dávila (2006, p. 149-152), “durante as primeiras duas décadas do século XX, muitos alunos eram visivelmente afrodescendentes, contudo, após a década de 1930, deixaram de aparecer, quando a esmagadora maioria dos alunos era composta por sujeitos brancos”. O desaparecimento gradual dos alunos de cor das escolas cariocas – ou o branqueamento desses espaços – esteve ligado:

À criação e a implementação de políticas para selecionar e treinar futuros alunos e professores. Estas, por sua vez, criaram condições hostis para afrodescendentes e brasileiros de classe baixa que tentavam ingressar nas escolas. Desde a segunda década do século XX, os reformadores da educação – Afrânio Peixoto, Fernando Azevedo, Anísio Teixeira e outros – expandiram e reformaram os programas de ensino dos alunos do Rio de Janeiro, colocando em prática valores que definiram o ensino como um lugar social branco e de classe média (DÁVILA, 2006, p. 161-162).

Em outras palavras, as reformas educacionais implantadas ao longo da primeira metade do século XX, imbuídas do racismo científico, que visavam à regeneração do país e a construção de um novo Brasil, por meio da racionalização, cientifização e disciplinarização do ensino, custaram caro para a população negra. O problema dessas reformas educacionais não foi a exclusão ou o impedimento do acesso às escolas de nenhum grupo social em particular. Ao contrário, a questão dessas reformas repousava no profissional ou na clientela que seus construtores imaginaram para as escolas. O ideal pretendido, geralmente, baseava-se em aspectos físico, comportamental e cultural branco e elitista – expostos nos exames ou concursos de seleção, nos currículos e na arquitetura das escolas, mas principalmente, (re)forçados cotidianamente no imaginário social de alunos e professores. Isso, seguramente, resultou em uma perda de oportunidades profissionais para os adultos e limitadas oportunidades educacionais para as crianças de cor.

Apesar disso, foram identificadas referências sobre a presença de associados do clube no ensino superior. Como exemplo, há os já citados casos dos docentes das escolas criadas no clube, a professoranda Rosalina Carvalho e o Professor Ítalo Carletti que, muito possivelmente, possuíam diplomas de normalistas. No fim da década de 1930, outra figura conhecida do clube se diplomou em Música pelo Conservatório Mineiro de Música, atual Escola de Música da Universidade Federal de Minas Gerais, como atesta a notícia do jornal *A Razão*, “diplomou-se musicista, pelo Conservatório Mineiro de Música, o nosso estimado amigo Isidoro Cobra Júnior. Enviamos-lhe nossas mais sinceras felicitações por tão grande conquista” (*A Razão*, Pouso Alegre, 13 de março de 1936).⁵

A educação e a instrução tornaram-se, portanto, projetos centrais no âmbito das associações compostas por homens e mulheres negras ou, pelo menos, em algumas delas. Ainda que, em muitos casos, os projetos ou propostas voltados para o campo educacional, não tenham saído do plano das ideias e dos discursos, o simples fato de ser a pauta de muitos dos empreendimentos desses sujeitos, revela o valor que a educação tinha para a população negra que via nela a possibilidade de diferenciação cultural e ascensão social e econômica.

Através desse pequeno recorte da trajetória do Clube 28 de Setembro e de alguns dos seus membros, foi possível perceber como a instrução – o ser alfabetizado – tinha valor para eles. Ser instruído e educado poderia significar resistência frente ao sistema político e social que os excluía ou os integrava marginalmente. Construir uma associação beneficente e cultural que valorizava, defendia e lutava pela educação e instrução dos seus integrantes, produzindo um meio de comunicação escrito em que eram veiculadas ideias, valores e concepções desses homens e mulheres, certamente, os colocava no centro, ou próximos, dos debates políticos de então. Contudo, a atuação dos associados do clube não ficou somente no plano da denúncia. Eles empreenderam ações educativo-culturais, como apresentações musicais, encenações teatrais, saraus, sessões de recitais de poesias, palestras, criação de uma biblioteca e de uma escola noturna.

⁵ Isidoro Cobra Júnior fora o filho primogênito de Isidoro da Silva Cobra e, durante alguns anos, atuou como secretário do clube.

O posicionamento político dos associados do clube, que escreveram textos no seu próprio jornal condenando o analfabetismo e clamando por instrução é revelador do lugar social que os eles ocupavam ou pleiteavam ocupar. Em uma sociedade em que a maioria da população estava afastada da educação formal, ter instrução e educação – mesmo que apenas o domínio exíguo da leitura e da escrita –, poderia significar distinção social. Instruídos, esses homens e mulheres poderiam conhecer, reivindicar e usufruir dos seus direitos enquanto cidadãos, e lutar, com armas mais potentes, como o domínio das letras e um seguro aparato cultural, contra o preconceito de cor que lhes assolava as possibilidades de viverem respeitosamente. Na busca por distinção cultural e reconhecimento social, alguns associados do Clube 28 de Setembro, impetraram diversas ações e propuseram alguns projetos que visavam educar, instruir e elevar a condição cultural, social e econômica dos demais integrantes do clube, como os projetos que intentavam moralizar e normatizar os modos e comportamentos dos associados e as escolas de alfabetização que a agremiação criou.

* * *

Fontes

Museu Histórico Municipal Tuany Toledo de Pouso Alegre

Jornal A Razão

Jornal Semana Religiosa

Jornal 28 de Setembro

Arquivo Público Mineiro

MINAS GERAIS. *Coleção das leis e decretos de 1930*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1930.

MINAS GERAIS. *Coleção das leis e decretos de 1934*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1934.

SECRETARIA ESTADUAL DA AGRICULTURA. *Anuário Estatístico do Estado de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1929.

Cartório de Registro de Títulos, Documentos e Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Pouso Alegre

CLUBE 28 DE SETEMBRO. *Estatuto do Clube 28 de Setembro*. Pouso Alegre: Tipografia da Escola Profissional, 1929.

CLUBE 28 DE SETEMBRO. *Livro de Atas do Clube 28 de Setembro*. Pouso Alegre: Clube 28 de Setembro, 1929-1939.

Referências

BALBINO, A. G. *Uma cidade, uma escola, muitas histórias: o Instituto Santa Dorotéia de Pouso Alegre - MG (1911-1976)*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade São Francisco, Itatiba, 2008.

CRUZ, R. A. *Negros e educação: as trajetórias e estratégias de dois professores da Faculdade de Direito de São Paulo nos séculos XIX e XX*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

CUNHA, P. M. C. *Educação como forma de resistência: o caso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.

DÁVILA, J. *Diploma de brancura: política social e racial no Brasil, 1917-1945*. Tradução: Cláudia Santana Martins. São Paulo: Editora da UNESP, 2006.

DOMINGUES, P. “O grande campo de batalha”: Associação Cultural do Negro (1954-1976) e a questão da educação. In: NOGUEIRA, J. C. (Org.). *Negros no Brasil: política, cultura e pedagogias*. Florianópolis: Atilênde, 2010.

_____. Um “templo de luz”: Frente Negra Brasileira (1931-1937) e a questão da educação. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 39, set./dez. 2008.

FONSECA, M. V.; BARROS, S. A. P. (Orgs.). *A história da educação dos negros no Brasil*. Niterói: EdUFF, 2016.

GOMES, F. R. *Sob a proteção da Princesa e de São Benedito: identidade étnica, associativismo e projetos num clube negro de Caxias do Sul (1934-1988)*. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

GOUVÊA, O. M. *A história de Pouso Alegre*. 2º ed. Pouso Alegre: Gráfica Amaral, 2004.

- LUCINDO, W. R. S. *Educação no pós-abolição: um estudo sobre as propostas educacionais de afrodescendentes (São Paulo/1918-1931)*. Itajaí: Casa Aberta, 2010.
- MAC CORD, M.; ARAÚJO, C. E. M.; GOMES, F. S. (Orgs.) *Rascunhos cativos: educação, escolas e ensino no Brasil escravista*. Rio de Janeiro: FA-
PERJ; 7Letras, 2017.
- MAGALHÃES, M. L. *Associativismo negro no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Trajetos Editorial, 2017.
- PEREIRA, J. G. *Os negros e a construção da sua cidadania: estudo do Colégio São Benedito e da Federação Paulista dos Homens de Cor (1896-1914)*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.
- PEREIRA, L. R. B. *Cultura e afrodescendência: organizações negras e suas estratégias educacionais em Porto Alegre (1872-2002)*. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.
- PERES, E. T. *Templo de luz: os cursos noturnos masculinos de instrução primária da Biblioteca Pública Pelotense (1875-1925)*. Pelotas: Seiva Publicações, 2002.
- PINTO, A. F. M. *Fortes laços em linhas rotas: literatos negros, racismo e cidadania na segunda metade do século XIX*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.
- PINTO, R. P. *O movimento negro em São Paulo: luta e identidade*. Ponta Grossa: Editora da UEPG, 2013.
- RIBEIRO, J. R. *Escritos da Liberdade: trajetórias, sociabilidade e instrução no pós-abolição sul-mineiro (1888-1930)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.
- ROMÃO, J. (Org.). *História da educação do negro e outras histórias*. Brasília: Ministério da Educação; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.
- SALVADORI, M. A. B. Clubes negros, associativismo e história da educação. *Revista Educação e Fronteiras On-line*, Dourados, v. 3, n. 9, maio/ago. 2013.
- SANTIAGO, F. L. *Sociedade 13 de Maio: uma estratégia de sobrevivência no pós-abolição (1888-1896)*. Monografia (Licenciatura em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.
- SILVA, A. R. *Associação José do Patrocínio: dimensões educativas do associativismo negro entre 1950 e 1960 em Belo Horizonte, Minas Gerais*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

SILVA, F. A. *Frente Negra Pernambucana e sua proposta de educação para a população negra na ótica de um de seus fundadores: José Vicente Rodrigues Lima, década de 1930*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

SILVA, F. O. *Os negros, a constituição de espaços para os seus e o entrelaçamento desses espaços: associações e identidades negras em Pelotas (1820-1943)*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

SILVA, J. Experiências educativas do movimento social negro após o Estado Novo. In: *Cadernos PENESB*, Rio de Janeiro, n. 9, p. 227-256, dez. 2007.

SILVA, L. S. *Etymologias Preto: Hemetério José dos Santos e as questões raciais de seu tempo (1888-1920)*. Dissertação (Mestrado em Relações Étnico-Raciais) – Centro Federal de Educação Tecnológica, Rio de Janeiro, 2015.

Recebido em 14 de fevereiro de 2018.

Aprovado em 13 de março de 2018.